TJ-ES diz que as degustações de café são em respeito à saúde

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo divulgou uma nota dizendo que seguirá a determinação da Corregedoria Nacional de Justiça e encerrará o contrato de serviço de análise do café consumido por seus desembargadores e servidores. O TJ-ES alega ter contratado a empresa especializada para “analisar se o pó de café entregue pelo vencedor da licitação pública estava em conformidade com as especificações do edital”. As informações são da *Agência Brasil*.

Segundo o TJ-ES, a empresa recebeu apenas R\$ 110 por cada lote de 3 mil quilos de café e a contratação se deu “por zelo com o dinheiro e a saúde pública.” A nota trata ainda das acusações de morosidade, excesso de servidores requisitados da Justiça de primeiro grau e suspeitas de nepotismo, constantes no relatório da Corregedoria aprovado pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça, com base em inspeção feita em junho.

O presidente em exercício do tribunal, o desembargador Álvaro Manoel Rosindo Bourguignon, disse que, se houver de fato casos de nepotismo, serão raros. "Deve-se lembrar que pessoas com o mesmo sobrenome muitas vezes não têm laços de parentesco e que, em alguns casos, ainda que haja essa relação, o servidor comissionado já ocupava o cargo antes de seu parente vir a se tornar autoridade judicial", argumentou Bourguignon.

O presidente informou ainda que o TJ-ES está finalizando os estudos para a regulamentação da produtividade mínima a ser observada pelos juízes e que, desde dezembro de 2008, a corte já devolveu mais de 100 servidores requisitados aos seus cargos de origem. "A devolução está sendo gradual e o número de requisitados, que atualmente são 78, não representa sequer 3% do quadro de servidores do Poder Judiciário estadual", disse Bourguignon.

O CNJ deu ao tribunal capixaba 30 dias para devolver todos funcionários requisitados e até 90 dias para apresentar à Corregedoria Nacional um projeto de reestruturação da força de trabalho. Apesar das recomendações, Bourguignon assinalou que o relatório da inspeção feita pelo CNJ “não trouxe nenhum dado surpreendente, sobre o qual o Tribunal de Justiça não tenha ou esteja tomando providências a respeito”.

Date Created

14/10/2009